



Departamento de Ciência Política e Políticas Públicas

A perceção da população face à presença de mulheres na política

Raquel Filipa Gregório Simões

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de
Mestre em Ciência Política

Orientador

Doutora Ana Espírito Santo, Professora Auxiliar
ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa

[outubro, 2017]

Agradecimentos

A realização desta dissertação não teria sido possível sem o apoio de muitas pessoas que me ajudaram durante este último ano (e não só).

Em primeiro lugar, quero agradecer à minha orientadora, professora Ana Espírito Santo, por toda a paciência e dedicação para comigo. Foi uma honra poder ter contado com o seu apoio e tenho a certeza de que só consegui terminar esta dissertação graças à sua ajuda incansável.

Em segundo lugar, quero agradecer às professoras Nina Wiesehomeier e Tània Verge pela disponibilização da base de dados, fundamental para a concretização deste trabalho.

À minha família. Mãe, pai, mana, avó e Sérgio. Os principais responsáveis pela minha educação e os mais exigentes também. Ao meu pequenino Bernardo, que é sempre uma motivação para fazer mais e melhor.

Não poderia deixar de agradecer à Andreia, ao Barros, à Cheila, à Kaddy e à Sara. Estão por ordem alfabética porque seria impossível ordená-los por grau de importância na minha vida. Partilhamos bem mais do que o palco. Obrigada pela paciência, apoio e conversas motivacionais. Acima de tudo, obrigada por não me deixarem desistir.

À Ana, Bé, Dário, Inês, Irina, Joana e João Rosa por me proporcionarem os anos mais divertidos da minha vida e por me acompanharem em mais esta jornada. Estamos juntos “P’ra lá da Esplanada”!

Às minhas amigas mais antigas mas sempre presentes nos momentos importantes: Andreia, Beatriz Esteves, Beatriz Freire, Joana e Mariana.

À família Silva (Madalena e Nuno) por toda a amizade, ajuda e disponibilidade. Obrigada por dizerem “presente” sempre que preciso de algo, desde a coisa mais simples à mais elaborada. Quando for grande quero ser como vocês!

A todas as pessoas inspiradoras que fui conhecendo e que influenciam a forma como vejo o mundo. Um muito obrigada a todos.

Resumo: A presença de mulheres em cargos políticos tem suscitado interesse nos últimos anos. Por ser um fenómeno recente, a representação feminina ainda atinge valores relativamente baixos. Esta dissertação pretende perceber qual a perceção da população portuguesa face à presença de mulheres na política, mais concretamente se querem ver mais mulheres como deputadas, se avaliam equitativamente as capacidades de liderança de ambos os sexos, se concordam com quotas de género e, finalmente, se votariam numa mulher. Os resultados mostram que homens e mulheres têm visões diferentes quanto ao desejo de ter mais membros do Parlamento do sexo feminino e quanto à capacidade de liderança de homens e mulheres: as mulheres querem ter mais deputadas e não recorrem tanto a estereótipos de género. Relacionando a presença de mulheres na AR, a utilização de estereótipos e as quotas com a idade e a ideologia, não foram encontradas diferenças de opinião. Quanto às quotas de género, também não se encontraram diferenças de opinião entre as variáveis analisadas. Por fim, no que diz respeito ao voto numa candidata feminina: independentemente do sexo, idade e ideologia, a resposta é afirmativa.

Palavras-chave: representação feminina; estereótipos de género; quotas de género; voto

Abstract: The presence of women in political offices has raised interest in the last few years. Being a recent phenomenon, female representation is still on low levels. This dissertation aims to understand the Portuguese population's perception on presence of women in politics, more specifically if they want more female parliamentarians, if they evaluate the leadership skills based on gender stereotypes, if they agree with gender quotas and, finally, if they would vote in a woman. The results show that men and women have different views of the presence of women in Parliament: women have a more favorable opinion than men towards both. Regarding gender stereotypes, unlike men, women use them less to evaluate the candidate's capabilities than men. Ideology and age don't show differences in this analysis. When talking about voting in a woman and gender quotas there is no difference between sexes, age or ideology: they would vote in a woman and they don't show different opinions about gender quotas.

Keywords: female representation; gender stereotypes; gender quotas; vote

Índice

INTRODUÇÃO.....	1
CAPÍTULO I – TEORIA	3
1.1. Contextualização.....	3
1.2. Fatores explicativos para a sub-representação feminina	6
1.2.1. Estereótipos e a sua influência no voto e na opinião pública	9
1.2.2 Quotas de género na política	11
CAPÍTULO II – DESENHO DA PESQUISA	13
2.1. Objetivos da dissertação	13
2.2. Hipóteses.....	13
2.3. Metodologia e operacionalização de hipóteses.....	16
CAPÍTULO III – RESULTADOS	19
3.1 Análise descritiva.....	19
3.2. Análise multivariada.....	23
CONCLUSÕES	27
BIBLIOGRAFIA	29
ANEXOS	I
ANEXO A – Ficha técnica do questionário	I

Índice de quadros

Quadro 1.1 Deputados eleitos para a Assembleia da República, por ano e por sexo.....	4
Quadro 2.1 Opiniões em relação à presença de mulheres na política segundo o sexo.....	19
Quadro 2.2 Opiniões em relação à presença de mulheres na política segundo a idade.....	21
Quadro 2.3 Opiniões em relação à presença de mulheres na política segundo a ideologia .	22
Quadro 3.1 Resultados das regressões segundo as opiniões dos respondentes	24

“The time is always right to do what is right” – Martin Luther King Jr.

INTRODUÇÃO

A política foi um universo exclusivamente masculino ao longo dos séculos e por diversos motivos. Apesar de, atualmente, ainda não se ter alcançado a paridade entre os sexos, aos poucos, a situação tem-se alterado e, mais recentemente, as mulheres têm ganho algum destaque em vários países, ocupando cargos de grande importância. Portugal não é exceção, e quer nas eleições legislativas de 2015, quer nas eleições parlamentares europeias de 2014, as mulheres alcançaram resultados nunca antes conseguidos: 33,0% e 38% de deputadas eleitas para os parlamentos respetivos. A baixa representação feminina pode ser justificada por vários fatores, entre eles fatores institucionais, socioeconómicos e culturais (Kenworthy e Malami, 1999), que serão desenvolvidos mais à frente.

Esta dissertação tem como objetivo perceber qual a perceção da população portuguesa face à presença de mulheres no poder político. Para tal, serão estudadas as opiniões da população quanto ao número de mulheres na Assembleia da República, mais concretamente se a população considera que há um número suficiente de deputadas femininas ou, pelo contrário, se deseja mais mulheres no Parlamento; será analisado também se os cidadãos consideram os homens melhores líderes do que as mulheres, de forma a perceber se os estereótipos de género ainda estão presentes na sociedade portuguesa, se votariam numa candidata a um cargo político e, por fim, será analisado o grau de concordância dos cidadãos quanto à utilização de quotas de género.

A pertinência deste estudo prende-se com o facto da presença de mulheres em cargos políticos ser um tema que tem ganho relevância nos últimos anos. Esta matéria tem sido objeto de um maior debate público ao longo dos últimos tempo uma vez que surgiu um maior interesse por parte dos cidadãos relativamente a temas pós-materialistas (Inglehart, 1977). O primeiro capítulo da dissertação consiste na revisão da literatura e nele será feito um resumo das razões pelas quais ainda existem poucas mulheres na política, focando os estereótipos de género e as quotas nas listas eleitorais. No segundo capítulo o objetivo deste trabalho é detalhadamente especificado assim como as hipóteses de investigação. Por sua vez, no terceiro capítulo serão analisados os resultados e, por fim, apresentadas as conclusões.

“Education is the most powerful weapon which you can use to change the world.” – Nelson
Mandela

CAPÍTULO I – TEORIA

1.1. Contextualização

Apesar das mulheres constituírem aproximadamente 50% da população mundial, continuam a estar bastante sub-representadas no poder político (Schwindt-Bayer e Mishler, 2005) e a deter uma pequena parte dos cargos políticos à volta do mundo de uma forma geral. No entanto, é importante referir que não é apenas na política que se observam desigualdades de género. Em várias áreas sociais o mesmo se verifica, quer no espaço familiar, quer no trabalho, entre outros (Viegas e Faria, 2001). Porém, esta dissertação centrar-se-á na vertente política.

Ao longo dos tempos, os assuntos políticos estavam maioritariamente a cargo de homens e só muito recentemente é que as mulheres conseguiram conquistar o seu lugar nas Assembleias, de uma forma gradual. A Finlândia foi o primeiro país a eleger mulheres para o Parlamento, em 1907. Nos anos 50, com base na análise a 20 países da OCDE que adotam o sistema de representação proporcional feita por McAllister e Studlar (2012) apenas cerca de 5% de mulheres tinham sido eleitas para o poder legislativo. Só a partir dos anos 70 se nota uma subida constante.

A sub-representação feminina acontece um pouco por todo o mundo e o progresso tem sido lento e heterogéneo (Norris e Inglehart, 2001), com evoluções diferentes em cada país. A baixa representação feminina pode ser justificada através de um conjunto de várias razões, que serão apresentadas e desenvolvidas na próxima secção.

No que diz respeito a Portugal, somente muito recentemente as mulheres teem ganho algum destaque na política portuguesa. Apenas 14 mulheres participaram na Câmara Corporativa e na Assembleia Nacional, entre 1934 e 1973 (Ferreira et. al, 2014). Na primeira Constituição democrática (1976) foram retiradas quaisquer restrições à sua eleição para cargos políticos.

Depois, nas primeiras eleições democráticas portuguesas, em 1976, foram eleitas 15 mulheres para a Assembleia da República (em 250 deputados/as, número que se manteve até à revisão constitucional de 1989, que reduziu o número de deputados para 230). A partir de 1976, houve um aumento gradual de deputadas femininas, ao longo das várias eleições legislativas, excetuando de 1983 para 1985, onde houve uma descida de 18 para 16 deputadas eleitas e de

2009 para 2011, 63 e 61, respetivamente. As duas maiores subidas registaram-se em 1999, com 40 mulheres eleitas (mais 12 do que na eleição anterior, em 1995) e em 2009, com 63 mandatos para deputadas femininas (mais 14 do que em 2005). Nas últimas eleições, em 2015, foi alcançado o maior número de mulheres eleitas para o Parlamento: 76, que corresponde a 33,0%.

Quadro 1.1 Deputados eleitos para a Assembleia da República, por ano e por sexo

Ano	Total	Sexo Masculino	Sexo Feminino	% Sexo Feminino
1975	250	231	19	7,6
1976	263	248	15	5,7
1979	250	233	17	6,8
1980	250	233	17	6,8
1983	250	232	18	7,2
1985	250	234	16	6,4
1987	250	231	19	7,6
1991	230	210	20	8,7
1995	230	202	28	12,2
1999	230	190	40	17,4
2002	230	185	45	19,6
2005	230	181	49	21,3
2009	230	167	63	27,4
2011	230	169	61	26,5
2015	230	154	76	33,0

Fonte: PORDATA:

<https://www.pordata.pt/Portugal/Mandatos+nas+elei%C3%A7%C3%B5es+para+a+Assembleia+da+Rep%C3%ABlica+total+e+por+sexo-2258> (22/10/2017);

<https://www.pordata.pt/Portugal/Mandatos+nas+elei%C3%A7%C3%B5es+para+a+Assembleia+da+Rep%C3%ABlica+deputados+do+sexo+feminino+em+percentagem+do+total++por+partido+pol%C3%ADtico-2261> (22/10/2017)

O aumento significativo do número de mulheres deputadas dos últimos anos deve-se à aprovação da Lei da Paridade em 2006 que estabelece a percentagem mínima de 33% de ambos os sexos nas listas eleitorais para a Assembleia da República, Parlamento Europeu e autarquias locais. Esta lei prevê como sanção em caso de incumprimento, a diminuição das subvenções públicas, que variam conforme a percentagem de candidatos dos dois sexos nas listas. A Lei da Paridade foi um marco muito importante na luta da igualdade entre os géneros (Monteiro, 2011), permitindo que mais mulheres acessem ao poder político, como provam os números. As mulheres eleitas através das quotas competem exatamente nos mesmo termos que os restantes candidatos (Bjarnegård e Zetterberg, 2014). Esta lei foi sendo rejeitada até 2006 e apenas foi aprovada quando o Partido Socialista alcançou a maioria absoluta – embora o Bloco de Esquerda também tenha contribuído para a aprovação da lei. Baum e Espírito-Santo (2012) referem que o facto de ser utilizado o termo paridade (apesar da lei não propor 50% de candidatos de cada sexo) ao invés de quotas, pode ter facilitado a sua aprovação.

Esta lei não foi de fácil aprovação uma vez que Portugal não tem uma cultura forte de organizações feministas (Ferreira, 2011: 182). É um país maioritariamente católico e atravessou uma ditadura de direita no século XX, o que prejudicou a participação política feminina e a presença de mulheres em cargos públicos ao longo dos anos (Jiménez, 2009: 236). O Partido Socialista foi o primeiro partido a introduzir quotas de género de 25% nas suas listas, em 1988, embora apenas tenha começado a cumprir o seu próprio regulamento em 1999 e foi também o mesmo partido que apresentou a 1ª proposta/projeto de lei à Assembleia da República em 1998/99 (Baum e Espírito-Santo, 2012). Esta ação teve um papel importante uma vez que aumentou o debate em torno da questão e provocou algumas mudanças dentro dos restantes partidos (Viegas e Faria, 2001; Jiménez, 2009: 241).

É importante referir também que em 1980 foi ratificada por Portugal a Convenção Internacional para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra as Mulheres (CEDAW). Esta Convenção visa a igualdade entre homens e mulheres, sem discriminação por género, aplicando-se às várias esferas da vida pública e servia, entre outras coisas, como modelo encorajador para os Estados-Membros promoverem a participação política do sexo feminino (Avelar, 2001, *apud por Santos* 2010: 45).

No mesmo sentido, Jiménez (2009: 259) refere que o contexto internacional também é muito importante para inspirar o aumento da presença de mulheres no Parlamento. A autora defende que o maior número de mulheres ao longo dos anos se deve, não só à evolução social no país, mas também à influência política dos países que compõem a União Europeia, uma vez que se dá um efeito contágio.

1.2. Fatores explicativos para a sub-representação feminina

Tal como referido na introdução, a baixa presença feminina em cargos políticos pode ser explicada por vários fatores, passíveis de serem agrupados em três categorias: fatores institucionais, socioeconómicos e culturais (Kenworthy e Malami, 1999). Nos fatores institucionais enquadram-se, por exemplo, o tipo regime político (se for uma democracia a longevidade democrática é um aspeto a considerar) e o seu sistema eleitoral, a existência ou não de um sistema de quotas, a limitação ou não do número de mandatos e a ideologia dos partidos que compõem a câmara baixa. Por sua vez, nos fatores socioeconómicos, o desenvolvimento económico do país e a presença de mulheres no mercado de trabalho, nomeadamente desempenhando profissões do sector terciário, podem influenciar (ainda que indiretamente) a eleição de mulheres para o Parlamento. Por fim, nos fatores culturais, a religião e a maneira como a população vê o papel da mulher na sociedade podem ter um papel importante na forma como os cidadãos percecionam a presença de mulheres na política e, consecutivamente, produzir algum efeito maior ou menor eleição de mulheres.

Mais detalhadamente, dentro dos fatores institucionais, Norris e Inglehart (2001) e Paxton *et.al* (2010) defendem que o desenvolvimento da democracia influencia a presença de mulheres no poder político, uma vez que cria condições para que as mulheres possam ganhar representação ao longo do tempo, porque as democracias correspondem a sociedades mais abertas, com liberdade de expressão e organização: "...a country's openness to democratic process may strenghten women's position in the political sphere..." (Paxton *et.al*, 2010: 29). Neste sentido, quanto maior a longevidade democrática, maior a probabilidade de eleição de mulheres para cargos políticos.

Também o sistema eleitoral pode influenciar o número de mulheres no Parlamento. Os países que adotam sistemas de representação proporcional tendem a apresentar níveis mais elevados de mulheres deputadas do que os que têm sistemas maioritários. Isto pode ser explicado pelo facto de, nos sistemas de representação proporcional, poderem ser eleitas várias pessoas nos círculos eleitorais, ao contrário dos sistemas maioritários, que se restringem apenas a um eleito (Caul, 1999; Kenworthy e Malami, 1999; Viegas e Faria, 2001; Schwindt-Bayer, 2004; Kunovich e Paxton, 2005; Paxton *et.al*, 2009). Quando são chamados a elencar vários candidatos, os partidos políticos tendem a equilibrar as listas e a colocar membros dos dois sexos uma vez que sentem alguma pressão em tornar as listas mais igualitárias, inclusive com o intuito de atraírem votos de diferentes grupos sociais (Kunovich e Paxton, 2005). Contudo, o aumento do número de mulheres nas listas nem sempre representa um maior número de mulheres eleitas uma vez que muitas vezes estas candidatas ocupam lugares mais baixos nas listas ou de mais difícil eleição (Gallagher e Marsh, 1988, *apud* Kunovich e Paxton, 2005: 515).

Outro fator importante é a limitação de mandatos. Schwindt-Bayer (2005) argumenta que a limitação do número de mandatos pode favorecer a eleição de mulheres uma vez que, tendo em conta que a maioria dos lugares de poder está a cargo do sexo masculino, sempre que há uma reeleição há um impedimento de renovação da classe política. Com a limitação dos mandatos serão eleitas outras pessoas, obrigatoriamente. Na opinião da autora, o facto de uma mulher concorrer contra alguém que ambiciona a renovação do mandato dificulta a sua eleição pois parte numa posição de desvantagem face ao seu adversário.

Por fim, dentro dos fatores institucionais, os partidos políticos assumem um papel muito importante na representação feminina. São eles que primeiramente escolhem os candidatos e são responsáveis pela formação das listas que depois serão votadas pelos eleitores (nos sistemas de representação proporcional). A ideologia destes é um fator a ter em conta também. Os partidos de esquerda elegem tradicionalmente mais mulheres do que os partidos de direita (Caul, 1999; Jones, 2009). “Left parties may be more likely to support women’s candidates than right parties because left parties espouse egalitarian ideologies” (Duverger, 1995, Beckwith, 1986 *apud* Caul, 1999: 81-82).

Os partidos de esquerda estão também mais ligados a movimentos feministas; já os partidos de direita veem a mulher de forma mais tradicionalista. No entanto, apesar de se esperar que continuem a apresentar um maior número de candidatas femininas, já não se destacam nesse aspeto, como afirmam Kenworthy e Malami (1999). Ao longo dos anos a presença de mulheres nas listas está a tornar-se mais comum em qualquer tipo de partido pois o facto de os partidos apresentarem nas suas listas candidatas femininas aumenta a sua credibilidade (Kunovich e Paxton 2003).

Os novos partidos estão também mais abertos a candidaturas femininas, às quotas de género e à problemática da representação feminina, pois estão mais atentos a temas pós-materialistas (Tripp e Kang, 2008).

Por sua vez, como referido anteriormente, existem fatores socioeconómicos que podem influenciar a eleição de mulheres para cargos políticos. Um desses fatores é a educação, na medida em que qualificações superiores das mulheres levam a uma maior probabilidade de participar no mercado de trabalho com profissões mais qualificadas. Kenworthy e Malami (1999) referem que as pessoas mais escolarizadas estão mais à vontade para fazerem discursos públicos e estão também mais familiarizados com as questões políticas. Assim, um elevado grau de educação acaba por ser um aspeto muito importante na eleição de mulheres pois as candidatas sentem-se mais predispostas a concorrer a um cargo.

Ainda dentro desta categoria de fatores, o grau de desenvolvimento da economia também tem um peso importante, pois quanto mais rico o país for, maior probabilidade existe para se discutir temas relacionados com as questões de género (Kenworthy e Malami; 1999). Contudo, Viegas e Faria (2001) defendem que o estado financeiro do país por si só não é suficiente para explicar a presença de mulheres na política, é necessário ir mais além, nomeadamente analisando a ocorrência de alterações sociais ou culturais.

Quanto aos fatores culturais, estes podem criar barreiras à presença de mulheres na política. Kunovich e Paxton (2003) referem que os valores culturais influenciam mais o número de lugares no Parlamento ocupados por mulheres do que o nível de desenvolvimento económico de um país, dando ênfase à religião. Os países em que a religião predominante defende papéis de género mais

tradicionais, tendem a ter menos mulheres na Assembleia (Arceneaux,2001), uma vez que as elites não consideram as mulheres candidatas credíveis.

Para além disto, sob o ponto de vista de Norris e Inglehart (2001), nas sociedades com visões mais tradicionais dos papéis de género, as mulheres sentem-se menos motivadas a concorrer a um cargo pois consideram ter poucas hipóteses para ganhar. Os fatores culturais estão intrinsecamente relacionados com estereótipos de género, que serão analisados no próximo segmento.

1.2.1. Estereótipos e a sua influência no voto e na opinião pública

O facto da população querer ou não mulheres no poder político está relacionado com algumas ideias preconcebidas sobre os papéis de género, ou seja, com estereótipos. Os estereótipos servem para compensar a falta de informação sobre a pessoa que se pretende avaliar (McDermott, 1998) e acabam por fornecer possíveis características (nem sempre verdadeiras) em relação à personalidade das pessoas avaliadas; neste caso dos políticos. Quanto mais informação a população tem sobre os candidatos, menos recorre a estereótipos de género (Koch, 1999). Quando existem candidatas, os média dão mais atenção e cobertura, o que se traduz em mais informação para o eleitorado (Hansen, 1997).

Os estereótipos não são irrelevantes na política (Huddy e Terkildsen, 1993; Dolan, 2010) e acabam por influenciar a opinião pública, as atitudes dos eleitores sobre as questões de igualdade de género e, em última instância, o voto (Arceneaux, 2001; Studlar e McAllister, 2002; Bergh, 2009).

A população vê as mulheres tendencialmente como mais sensíveis e sentimentais e, por isso, melhores nas áreas da educação, segurança social, família, e nos temas relacionados com o sexo feminino; são vistas também como mais liberais e ideologicamente mais à esquerda do que os homens (Huddy e Terkildsen, 1993; Alexander e Andersen, 1993; Koch, 1999), tal como as mulheres eleitoras se posicionam mais à esquerda do que os eleitores do sexo masculino (King e Matland, 2003; Brians, 2005). Contudo, isto não acontece em Portugal (Baum e Espírito-Santo,

2007: 119). Por outro lado, os candidatos do sexo masculino são vistos como mais conservadores, mais inteligentes e mais fortes, sendo, por essa razão, teoricamente mais capazes de lidar com assuntos de segurança, defesa, política externa (Lawless, 2004). Dolan (2010) diz-nos que os eleitores que mais valorizam questões de ética e honestidade são mais propensos a votar numa mulher, enquanto quem valoriza mais questões de defesa e de política internacional estará mais inclinado a votar num indivíduo do sexo masculino. Neste sentido, os cidadãos veem os dois sexos de maneira diferente, atribuindo-lhes características distintas, o que pode favorecer ou prejudicar os candidatos mediante os assuntos mais predominantes em determinado momento político.

Mais, a autora refere também que alguém que defenda uma maior representação feminina mais facilmente vota numa mulher, faz donativos para apoiar a campanha, participa na campanha (como voluntário ou não) ou incentiva alguém a votar na candidata do que um indivíduo que não simpatiza com a presença de mulheres no Parlamento.

O partido político é muito importante. Dolan (1998) salienta que um eleitor vota mais facilmente no candidato do seu partido, independentemente do sexo. Contudo, se o candidato for de partido diferente, há uma maior probabilidade de uma mulher de esquerda votar numa candidata de um partido diferente do que uma mulher mais conservadora.

Os estereótipos de género, apesar de não impedirem a participação feminina em eleições, mantêm-se presentes na sociedade e as mulheres têm de provar que têm características não só habitualmente atribuídas ao sexo feminino, mas também características que costumam ser atribuídas aos homens, para que possam ser eleitas (Alexander e Andersen, 1993). Assim, Fox e Oxley (2003), Lawless (2004) e Fulton (2012) defendem que a maioria destes estereótipos favorecem os candidatos do sexo masculino pois os eleitores tendem a preferir as características mais associadas aos homens nos cargos políticos.

É interessante o facto de algumas pessoas, quando questionadas por equipas de sondagens, apoiarem a candidatura de uma mulher mas depois acabarem por não votar nela (Stout e Kline, 2011). Este comportamento pode ser explicado pelo facto dos respondentes não quererem ser considerados sexistas. Por sua vez, esta atitude pode ser consequência da discórdia dos meios usados para a obtenção da igualdade de género nos diversos cargos, que muitas vezes podem ser

vistos como injustos devido às opiniões negativas associados ao movimento feminista (Stout e Kline, 2011) e às quotas. A secção seguinte debruça-se sobre este tema.

1.2.2 Quotas de género na política

Com a industrialização e democratização, as mulheres entram no mercado de trabalho e aumentam também a sua escolaridade, ganhando um maior destaque na sociedade e, conseqüentemente, aumentam a sua luta a favor de políticas mais igualitárias (Bush 2011). As quotas são uma ferramenta que permite aumentar com alguma eficácia (Franceschet *et.al*, 2012) o número de mulheres eleitas e caminhar para uma maior igualdade no poder político. A sua proliferação nos vários cantos do mundo no passado recente é uma das maiores reformas políticas do período contemporâneo (Dahlerup e Gaber, 2017: 307).

Krook *et.al* (2009) e Bush (2011) resumem três tipos distintos de quotas: lugares reservados, quotas partidárias e quotas legislativas. Os lugares reservados são lugares destinados, neste caso às mulheres, e para os quais os homens não concorrem. Por sua vez, as quotas partidárias são regulamentos partidários em que cada partido decide voluntariamente a percentagem de mulheres para as suas listas. Por fim, as quotas legislativas são, tal como o nome indica, quotas definidas por lei, forçando cada partido a cumprir a percentagem estipulada de cada sexo nas suas listas.

As quotas de género são um fenómeno recente e levantam ainda alguma controvérsia, com argumentos contra e a favor. A defesa de direitos iguais (incluindo a participação política feminina) para cidadãos iguais é um argumento chave para a defesa das quotas de género (Bacchi, 2006). As mulheres estão ainda sub-representadas e essa sub-representação deve-se sobretudo à falta de oportunidades e não à falta de capacidades (Dahlerup e Gaber, 2017). As quotas ajudam a ultrapassar alguns obstáculos culturais, económicos e relacionados com o sistema eleitoral que tendem a prejudicar a eleição de candidatas (Tripp e Kang, 2008). Para além disso, contribuem também para elevar a qualidade dos políticos eleitos por aumentarem a eleição de deputados mais escolarizados (Baltrunaite *et.al*, 2014).

Por outro lado, os opositores às quotas defendem que estas são contraditórias ao ideal de democracia liberal uma vez que são discriminatórias pois os dois sexos são tratados de maneira

diferente, com tratamento preferencial para o sexo feminino (Bacchi, 2006). Para além disto, argumentam que estas contrariam o mérito (Dahlerup e Gøbel, 2017), alegando que uma mulher com menores qualificações do que o homem que seria eleito no seu lugar (Bacchi, 2006). Contudo, Santos (2004) e Santos e Amâncio (2010a; 2010b; 2012) alertam-nos para o facto de o mérito ser “genderizado”, isto é, apenas em relação às mulheres o mérito é questionado, o mesmo não acontecendo aos homens.

Outro argumento contra a utilização das quotas é que a baixa representação feminina se deve sobretudo a escolhas pessoais, nomeadamente relacionadas com a maternidade e família. Finalmente, existe também a crença de que é apenas uma questão de tempo até as mulheres atingirem os mesmos valores de participação em cargos políticos do que os homens (Lovenduski, 2012: 697). Por esta razão, os defensores desta ideia referem que as quotas são desnecessárias pois mais cedo ou mais tarde as mulheres alcançarão uma maior representação.

CAPÍTULO II – DESENHO DA PESQUISA

2.1. Objetivos da dissertação

O grande objetivo da investigação é perceber a perceção da população portuguesa face à presença de mulheres no poder político. Este objetivo geral pode ser dividido em três objetivos mais específicos:

(1): Perceber se os estereótipos de género ainda estão presentes na sociedade portuguesa aquando da avaliação das capacidades de liderança dos candidatos baseados no seu género e se desejam ter mais mulheres na política;

(2): Perceber qual a predisposição dos cidadãos portugueses para votarem numa candidata do sexo feminino;

(3): Perceber qual a opinião da população face aos mecanismos que facilitam a colocação de mulheres em lugares elegíveis das listas de candidatura, em particular as quotas de género;

2.2. Hipóteses

Com o objetivo de perceber qual a opinião da população face à presença de mulheres no poder político serão testadas nove hipóteses.

O primeiro grupo de hipóteses remete para o facto do sexo dos respondentes poder influenciar a forma como veem as mulheres no poder político. Ferree (1973) e Sanbonmatsu (2002) referem que os cidadãos do sexo feminino têm mais probabilidade de votar numa mulher do que os homens pois valorizam mais os estereótipos que favorecem as mulheres do que o oposto, isto é, as mulheres dão mais importância às características normalmente apontadas ao sexo feminino, nomeadamente aos traços de personalidade, por exemplo a sensibilidade. Tal acontece por sentirem que partilham um sentimento de identidade de género (Dolan, 1998). No mesmo sentido, Espírito-Santo (2016) e Allen e Cutts (2016) mostram que mais as mulheres do que os

homens consideram que deveria haver mais mulheres deputadas uma vez que sentem que os interesses femininos seriam melhor representados. Esta visão remete para o facto de os homens terem uma maior tendência para considerar que os políticos do sexo masculino são melhores líderes do que as mulheres e apoiarem mais facilmente um líder político masculino do que feminino (Kerevel e Atkeson, 2015). Também Campbell et. al (2009) mostram que existe uma diferença de opinião entre sexos, nomeadamente nos mais jovens. Na prática traduz-se numa defesa maior de igualdade de género por parte das mulheres, comparativamente aos homens. Neste estudo que tem como foco a Grã-Bretanha, demonstram também que as mulheres são mais hostis aos papéis tradicionais de género (Campbell et. al, 2009).

A mesma linha de pensamento é usada em relação às quotas de género: Martins e Teixeira (2005), Meier (2008) e Barnes e Córdova (2016) defendem que as mulheres apresentam visões mais favoráveis face às quotas de género do que os homens, o que poderá ser explicado por terem maior consciência das desigualdades de género.

Deste modo, é expectável que *mais as mulheres do que os homens queiram ver mais mulheres na política e não recorram tanto a estereótipos de género* (H1a). No mesmo sentido, espera-se também que *as mulheres votem mais do que os homens numa mulher* (H1b). Relativamente às quotas de género, é esperado que *os cidadãos do sexo feminino tenham uma opinião mais favorável face às quotas de género do que os respondentes do sexo masculino* (H1c).

Relacionando a idade com o voto em mulheres, Ferree (1973), Caul (1999), Norris e Inglehart (2001), Inglehart e Norris (2003) referem que as gerações mais novas se posicionam mais à esquerda do que as gerações mais velhas, o que poderá significar que têm visões mais favoráveis em relação às questões de género.

Também Morgan e Buice (2013) demonstram no seu estudo que os estudantes são mais igualitários nas suas atitudes do que as pessoas que estão inseridas no mercado de trabalho, levando a crer que os mais jovens defenderão a presença de mulheres em cargos de maior importância, como é o caso dos cargos políticos. Rosie Campbell (2004), por sua vez, mostra que as mulheres nascidas após 1994 são mais feministas do que as nascidas anteriormente e também em comparação com os homens. Também Campbell et. al (2009) concluíram que as gerações mais novas têm uma maior tendência a achar que as medidas para igualdade de oportunidades

não foram longe demais, ao contrário das gerações mais velhas – estas não são tão hostis aos papéis tradicionais de género. No seu estudo sobre a Grã-Bretanha referem mesmo que a idade é a variável mais explicativa das atitudes face à igualdade de género. No entanto, Santos (2004) demonstra, pelo contrário, que os jovens não apoiam tanto as quotas de género como apoiam as quotas para deficientes ou para regiões subdesenvolvidas. Tendo tudo isto em conta, espera-se que não só que *os mais jovens queiram ver mais mulheres na política e não recorram tanto a estereótipos de género* (H2a), mas também que *os cidadãos mais novos votem mais facilmente numa mulher do que os cidadãos mais velhos* (H2b). Por fim, apesar das duas visões apresentadas, é expectável que *os mais jovens apresentem visões mais favoráveis quanto à aplicação de quotas de género na política* (H2c).

Quanto à ideologia, tal como foi afirmado no primeiro capítulo, esta tem um peso importante no voto dos eleitores quando a escolha tem de ser feita entre candidatos de géneros diferentes (Dolan, 1998; McDermott, 1998; Lorenzini e Bassoli 2016). Os partidos de esquerda têm tendência para defender mais a presença de mulheres na política do que os partidos de direita (Caul, 1999; Inglehart e Norris, 2003). No mesmo sentido, quem se considera de esquerda tem uma maior probabilidade de votar numa mulher (McDermott, 1998) pois os partidos de direita veem o papel da mulher na sociedade de forma mais tradicionalista do que os partidos de esquerda. Campbell et. al (2009) provam que as pessoas mais à direita têm mais probabilidade de responder que as políticas igualitárias já foram longe demais, comparativamente com as pessoas mais à esquerda (na Grã-Bretanha). Também Santos e Amâncio (2012) referem que a opinião das pessoas quanto às quotas varia consoante o grupo alvo destas. Neste estudo, as pessoas não se mostravam tão favoráveis às quotas de género como em relação a outro tipo de quotas, o que na opinião das autoras pode significar que a sua opinião é influenciada pela ideologia. Isto pode ser explicado pelo facto das pessoas, principalmente os homens, considerarem que a desigualdade de género na política se deve a fatores históricos e às atitudes das próprias mulheres (Santos e Amâncio, 2010b).

Desta forma, é esperado que *quem se posiciona mais à esquerda queira ver mais mulheres na política e não recorra tanto a estereótipos de género* (H3a). Seguindo a mesma linha argumentativa, espera-se também que *as pessoas que se auto posicionam à esquerda votem mais numa mulher do que as pessoas que se auto posicionam à direita* (H3b). Quanto às quotas de

género, é expectável que quem se considera de esquerda *concorde mais com as quotas de género do que quem se considera de direita* (H3c), como demonstram Martins e Teixeira (2005).

2.3. Metodologia e operacionalização de hipóteses

Esta dissertação baseia-se na análise de uma base de dados compilada no âmbito dos projetos “Mulh(j)er e Poder”, do Instituto de Ciências Sociais (ICS), coordenado por Nina Wieseomeier¹ e “Symbolic representation”, com coordenação de Tània Verge. A base de dados é resultado de um inquérito aplicado a nível nacional, em Outubro de 2015, a indivíduos residentes em Portugal, com idades compreendidas entre os 18 a 65 anos. A taxa de resposta foi de 54%, o que originou 1006 questionários completos. A amostra é composta por 513 mulheres e 493 homens. 12% dos inquiridos tinham uma idade compreendida entre 18 e 24 anos, 23% entre 25 e 34 anos, 24% entre 35 e 44 anos, 22% entre 45 e 54 anos e 19% entre 55 e 65 anos. Relativamente à formação académica, 2% dos respondentes frequentou até ao ensino primário completo, 5% tinha 6 anos completos de escolaridade, 14% completou 9 anos, 34% detinha o ensino secundário, 5% concluiu o curso médio e 40% tinha pelo menos licenciatura universitária (ver Ficha técnica no Anexo A, para mais detalhes).

Para cada grupo de hipóteses foram seleccionadas as variáveis correspondentes: para o grupo de hipóteses “a” (H1a, H2a, H3a) foram analisadas duas variáveis dependentes com o objetivo de perceber a opinião da população face à presença de mulheres na política. As variáveis utilizadas foram as respostas às questões: “Considera que a percentagem de mulheres na AR é demasiado baixa, suficiente ou demasiado alta?” e “Em geral, os homens dão melhores líderes políticos do que as mulheres”. Ambas as variáveis são ordinais, sendo as variáveis de resposta da primeira questão: 1 (demasiado baixa), 2 (suficiente) ou 3 (demasiado alta); já na segunda questão as hipóteses de resposta variam entre 1 (muito em desacordo), 2 (em desacordo), 3 (de acordo) e 4 (muito de acordo).

¹ Este projeto recebeu financiamento da Fundação para a Ciência e a Tecnologia ((PTDC/IVC-CPO/4088/2012).

Para o grupo de hipóteses “b” a variável dependente é a probabilidade de voto dos cidadãos numa mulher, medida através da pergunta “Votaria numa mulher para Presidente de Câmara Municipal?”. Trata-se de uma variável dicotómica (1=sim; 0=não).

Por fim, relativamente ao grupo de hipóteses “c” a variável dependente é o grau de concordância dos respondentes face à afirmação “As quotas são necessárias para aumentar a presença de mulheres na política”. As respostas a esta variável são medidas de 1 a 4, em que 1 corresponde à resposta “muito em desacordo”, 2 “em desacordo”, 3 “de acordo” e 4 “muito de acordo”, logo trata-se de uma variável ordinal.

Em todos os grupos de hipóteses as variáveis independentes consideradas são o sexo (1=mulher; 0=homem; variável qualitativa dicotómica), a idade (variável quantitativa) e a ideologia (variável ordinal). Esta última variável está organizada numa escala de 1 a 10, em que 1 é o máximo à esquerda e 10 o máximo à direita. É importante referir que a variável ideologia, apesar de ser qualitativa ordinal, por ter várias categorias de resposta foi tratada como quantitativa.

Para a análise descritiva foi utilizado o teste do Qui-quadrado quando se testou a independência de variáveis qualitativas ou ordinais, o teste T para calcular a independência de uma variável quantitativa e outra dicotómica e a análise de variância ANOVA para testar a relação entre uma variável quantitativa e outra ordinal.

Após a análise descritiva, foi realizada uma análise multivariada através de regressões logísticas. Para esse efeito, as variáveis dependentes foram recodificadas em variáveis dicotómicas: a variável relacionada com a opinião das pessoas face à percentagem de mulheres na Assembleia da República foi recodificada de forma a que 1 seja a resposta “demasiado baixa” e 0 seja a junção de suficiente com demasiado alta. A junção destas duas categorias de resposta prende-se com o facto de a frequência demasiado alta ser muito baixa e destas duas categorias de resposta terem em comum não quererem mais mulheres como deputadas. A variável correspondente ao grau de concordância quanto à frase “Os homens dão melhores líderes políticos do que as mulheres” foi recodificada de maneira a que 0 correspondam as opiniões que concordam (de acordo e muito de acordo) e 1 as que discordam (em desacordo e muito em desacordo). Por fim, foi recodificada também a variável relacionada com a opinião relativamente às quotas de género serem necessárias para aumentar a presença de mulheres na política. Assim, o 0 é a junção de

quem discorda com a afirmação (em desacordo e muito em desacordo) e 1 a junção de quem concorda com a frase (de acordo e muito de acordo). O objetivo da realização destas regressões é poder prever a probabilidade de algo ocorrer em função de alterações de *score* nas variáveis independentes e, a partir daí, podem retirar-se conclusões. Para que os resultados sejam o mais fidedignos possível foram acrescentadas aos modelos três variáveis de controlo: a escolaridade dos entrevistados (variável qualitativa ordinal), o facto de o respondente ter uma mãe a trabalhar de forma remunerada durante pelo menos um ano (socialização política; variável qualitativa nominal dicotómica) e a sua relação com a religião (variável qualitativa nominal). As categorias de resposta da variável escolaridade variam entre 0 “nenhum”, 1 “ensino primário incompleto”, 2 “ensino primário completo”, 3 “6 anos de ensino completos”, 4 “9 anos de ensino completos”, 5 “12 anos de ensino completo” 6 “ensino politécnico” e 7 “ensino universitário - licenciatura”. Por sua vez, as categorias de resposta quanto à variável relacionada com o trabalho da mãe com duração de pelo menos um ano enquanto o respondente tinha até 14 anos variam entre 0 “não” e 1 “sim”. Por fim, relativamente à religião as categorias de resposta são: 0 “ateu/ agnóstico”, 1 “católico praticante”, 2 “católico não praticante”, 3 “praticante de outra religião”, 4 “não praticante de outra religião”, 98 não sei/prefiro não responder”. A variável religião foi recodificada para facilitar a interpretação e passou a ser uma variável dicotómica: o 0 continua a corresponder a quem se considera ateu ou agnóstico e o 1 a quem é religioso, praticante ou não.

A escolha destas variáveis de controlo prende-se com a defesa de vários autores que estas podem influenciar a forma como as pessoas veem as mulheres na política. Quanto à escolaridade, de acordo com alguns autores, indivíduos com níveis de educação mais elevados têm tendência a serem mais igualitários (Araújo e Scalon, 2006: 54). Relativamente à socialização política, o facto de uma criança perceber que a sua mãe tem, ou não, um trabalho pode influenciar a sua forma de ver as mulheres na política. Finalmente, no caso da religião, por exemplo, Cassese e Holman (2016: 525) mostram que esta tem efeito na mobilização política e que quem interpreta literalmente os textos bíblicos tem uma menor probabilidade de considerar que existe discriminação de género e aceita mais facilmente o *status quo*.

CAPÍTULO III – RESULTADOS

3.1 Análise descritiva

Neste capítulo serão apresentados os resultados, mais concretamente através da realização da análise descritiva e, posteriormente, da análise multivariada. A análise descritiva encontra-se resumida no quadro abaixo. O quadro testa as hipóteses H1a, H1b e H1c, ou seja, verifica se o sexo influencia a forma como as pessoas veem as mulheres na política, mais concretamente se mais as mulheres do que os homens desejam ter mais mulheres na política e não recorrem tanto a estereótipos de género quando avaliam as capacidades de um político (H1a), se as mulheres votam mais do que os homens em candidatas (H1b) e se têm uma opinião mais favorável em relação às quotas de género (H1c).

Quadro 2.1 Opiniões em relação à presença de mulheres na política segundo o sexo (%)									
	Demasiado alta		Suficiente		Demasiado baixa				Qui-quadrado (χ^2)
	M	H	M	H	M	H			
A percentagem de mulheres na AR é... (H1a)	1,8	1,6	18,5	41	79,7	57,4			(2)=61.176, $p = .001$
Os homens dão melhores líderes políticos do que as mulheres (H1a)	Muito em desacordo		Em desacordo		De acordo		Muito de acordo		(3)=70,416, $p = .001$
	M	H	M	H	M	H	M	H	
Votaria numa mulher para Presidente de Câmara? (H1b)	Não			Sim					(1)=0.002, $p = 1.000$
	M	H		M	H				
As quotas são necessárias? (H1c)	Muito em desacordo		Em desacordo		De acordo		Muito de acordo		(3)=25,981, $p = .001$
	M	H	M	H	M	H	M	H	

Fonte: Cálculos próprios; base de dados do projeto Mulh(j)er e Poder

Nota: As percentagens devem ser lidas em linha, por exemplo, quanto à opinião relativamente à percentagem de mulheres na AR 1,8% das mulheres considera demasiado alta, 18,5% considera suficiente e 79,7% considera demasiado baixa.

A maioria das pessoas que respondeu ao questionário, independentemente do sexo, considera que deveria haver mais mulheres na Assembleia da República. Verifica-se também que existem diferenças significativas ($\chi^2(2) = 61.176, p = .001$) de opinião entre mulheres e homens, com o sexo feminino a apresentar uma visão mais feminista do que o sexo masculino: 18,5% das mulheres respondeu que a percentagem de deputadas é “suficiente” enquanto da parte dos homens esse valor atinge 41%.

Quanto aos estereótipos de género, os resultados sugerem que as mulheres recorrem menos aos mesmos pois apenas 5,6% concordou com a afirmação “Os homens dão melhores líderes políticos do que as mulheres”, contrabalançando com 16,4% dos homens que têm a mesma opinião. A diferença maior reside entre quem disse estar “muito em desacordo” com a mesma frase, onde as mulheres apresentam um valor bastante superior aos homens: 62,2 % e 38,1%, respetivamente. Novamente a diferença é significativa: $\chi^2(3) = 70,416, p = .001$

Em relação à adoção de quotas de género, a análise do quadro 2.1 permite perceber que tanto os homens como as mulheres estão maioritariamente de acordo com as quotas de género de forma a aumentar a presença de mulheres na política: 73,2% dos homens e 81,5% das mulheres concordam (“de acordo” e “muito de acordo”) com este mecanismo artificial de ação positiva. Contudo, é notório que as mulheres são mais a favor da sua aplicação do que os homens, como se verifica na percentagem de homens que não concordam (“muito em desacordo” e “em desacordo”) com a sua aplicação (26,8%) face aos 18,5% de mulheres que têm uma opinião semelhante. Também aqui se verificam diferenças significativas: $\chi^2(3) = 25,981, p = .001$.

Relativamente ao voto, verifica-se que esta variável foi a única a apresentar resultados claramente diferentes das restantes. Neste caso específico, não se verificam diferenças entre o voto numa mulher independentemente do sexo dos correspondentes, uma vez que tanto homens como mulheres votariam igualmente (98,4%) numa candidata. Assim, significa que não há correlação entre a variável sexo e o voto numa candidata mulher para determinado cargo político.

Quadro 2.2 Opiniões em relação à presença de mulheres na política segundo a idade (média)				
	Demasiado alta	Suficiente	Demasiado baixa	Teste T ou Anova
A percentagem de mulheres na AR é... (H2a)	42,0 (17)	40,0 (297)	41,1 (692)	F (2, 1003) = 0,814; $p=0,443$
Os homens dão melhores líderes políticos do que as mulheres (H2a)	Muito em desacordo 40,0 (507)	Em desacordo 42,3 (389)	De acordo 39,0 (87)	Muito de acordo 39,3 (23) F (3, 1002) = 3,039; $p=0,028$
Votaria numa mulher para Presidente de Câmara? (H2b)	Não 35,8 (4)		Sim 40,8 (245)	t (247) = 0,795; $p=0,563$
As quotas são necessárias? (H2c)	Muito em desacordo 39,7 (58)	Em desacordo 41,5 (169)	De acordo 39,8 (540)	Muito de acordo 42,8 (239) F (3, 1002) = 3,580; $p=0,014$

Fonte: Cálculos próprios; base de dados do projeto Mulh(j)er e Poder

Nota: Dentro de parêntesis está o valor do N. As médias devem ser lidas da seguinte forma: por exemplo, a média de idades que considera que a percentagem de mulheres na AR é demasiado alta é 42 anos.

A partir da análise baseada na idade (Quadro 2.2), podemos verificar que existem diferenças significativas entre as várias idades em relação a duas das variáveis analisadas, a saber a utilização de estereótipos de género e em relação à opinião face às quotas de género. Mais concretamente, quanto ao grau de concordância em relação às frases “Os homens dão melhores líderes políticos do que as mulheres” e “As quotas são necessárias para aumentar a presença de mulheres na política”, os dados do quadro 2.2 mostram que não existe linearidade entre a idade e opinião face a estas frases, isto é, as médias de idades são significativamente diferentes entre quem respondeu a essas questões.

Contudo, relativamente às respostas relacionadas com a percentagem de deputadas na Assembleia da República e ao voto numa mulher não existem diferenças significativas de opinião entre as idades, ou seja, independentemente da idade, a opinião não difere significativamente. Assim, ao contrário do previsto, e com base apenas na análise descritiva, nenhuma hipótese relacionada com a idade parece ser validada: os mais jovens, no geral, não apresentam visões mais feministas comparativamente aos mais velhos: nem em relação à percentagem de mulheres na AR, nem quanto a quotas de género ou ao voto numa mulher; pelo contrário, são os mais

velhos (média de 40 anos) que menos avaliam as capacidades de liderança política com base em estereótipos.

Quadro 2.3 Opiniões em relação à presença de mulheres na política segundo ideologia					
	Demasiado alta	Suficiente	Demasiado baixa		Teste T ou Anova
A percentagem de mulheres na AR é... (H3a)	4,3 (12)	5,5 (229)	5,0 (522)		F (2, 760) = 3,872; $p=0,021$
	Muito em desacordo	Em desacordo	De acordo	Muito de acordo	
Os homens dão melhores líderes políticos do que as mulheres (H3a)	4,9 (375)	5,3 (297)	5,2 (72)	5,9 (19)	F (3, 759) = 2,007; $p=0,112$
		Não		Sim	
Votaria numa mulher para Presidente de Câmara? (H3b)		6,7 (3)		5,0 (178)	t (179) = -1,107; $p=0,767$
	Muito em desacordo	Em desacordo	De acordo	Muito de acordo	
As quotas são necessárias? (H3c)	5,7 (41)	5,4 (130)	5,1 (400)	4,9 (192)	F (3, 759) = 1,686; $p=0,169$

Fonte: cálculos próprios; base de dados do projeto Mulh(j)er e Poder

Nota: Dentro de parêntesis está o valor do N. A escala varia entre 1 (mais à esquerda) e 10 (mais à direita). As médias devem ser lidas da seguinte forma: por exemplo, a média ideológica de quem considera que a percentagem de mulheres na AR é demasiado alta é de 4,3.

Por fim, analisando a ideologia dos entrevistados verificamos que esta só apresenta diferenças significativas de opinião na resposta à questão “A percentagem de mulheres na Assembleia da República é demasiado alta, suficiente ou demasiado baixa?”. Ao contrário do esperado, quem respondeu que a percentagem é demasiado alta situa-se mais à esquerda (4,3) do que quem respondeu que era suficiente (5,5) ou demasiado baixa (5,0), apesar de os valores se situarem todos perto do centro e de as diferenças não serem expressivas. Nas outras questões verifica-se que não existem diferenças significativas de opinião entre as diferentes categorias ideológicas consideradas. Isto significa que ser de esquerda ou de direita tem pouco a ver com a posição face à igualdade de género. Os resultados obtidos na análise descritiva parecem indicar que as hipóteses H1a, H1c se confirmam enquanto todas as outras hipóteses (H1, H2a, H2b, H2c, H3a,

H3b, H3c) não. No entanto, tal como referido anteriormente, estes valores não são suficientes para poderemos retirar conclusões. É necessário confirmar estes resultados através de análise multivariada. Para tal, teremos de analisá-los através de regressões, apresentadas na secção seguinte.

3.2. Análise multivariada

Na análise multivariada foram feitos 4 modelos, cada um tendo como variável dependente uma das variáveis anteriormente apresentadas. Destas, 3 foram recodificadas, tal como referido, de forma a que passassem a ser dicotómicas (ver nota por baixo da tabela).

A interpretação dos quadros é realizada através da consulta da coluna “odds ratio”, que nos diz a probabilidade de algo acontecer e também da coluna B (S.E.), que nos informa se o aumento de um nível na resposta aumenta ou diminui a probabilidade do cidadão responder de determinada forma (isto é observado através do sinal positivo ou negativo: o sinal positivo significa que a probabilidade de determinado acontecimento ocorrer aumenta enquanto o sinal negativo indica que a probabilidade diminui. Por ser mais facilmente perceptível, a interpretação dos resultados é feita com base na coluna “odds ratio” uma vez que a coluna “B” tem uma maior dificuldade de entendimento.

Quadro 3.1 Resultados das regressões segundo as opiniões dos respondentes

	A percentagem de mulheres na AR é – demasiado baixa (Ha)		Os homens dão melhores líderes políticos do que as mulheres – discordância (Ha)		Votaria numa mulher para Presidente de Câmara? – sim (Hb)		As quotas são necessárias? – concordância (Hc)	
	B (S.E.)	Odds ratio	B (S.E.)	Odds ratio	B (S.E.)	Odds ratio	B (S.E.)	Odds ratio
Sexo (1=mulher)	1,013 (0,1777)***	2,755	1,179 (0,281)***	3,250	3,013 (5235,541)	20,349	0,357 (0,184)	1,429
Idade	0,017 (0,008)*	1,018	0,010 (0,011)	1,010	1,460 (143,239)	4,307	-0,004 (0,008)	0,996
Ideologia (1=esquerda; 10=direita)	-0,063 (0,035)	,939	-0,010 (0,051)	0,990	5,258 (660,179)	192,033	-0,065 (0,037)	0,937
Escolaridade	0,052 (0,065)	1,054	-0,154 (0,100)	0,857	6,744 (1851,578)	849,221	-0,100 (0,070)	0,905
Trabalho da mãe até 14 anos (1=sim)	-0,259 (0,191)	1,296	0,047 (0,284)	1,048	-19,014 (4065,290)	0,000	-0,148 (0,201)	1,159
Religião	-0,236 (0,240)	,790	-0,458 (0,370)	0,632	-1,762 (6648,722)	1,720	0,247 (0,242)	1,280
Constante	-0,281 (0,627)	0,755	2,529 (0,947)**	12,544	-174,907 (18353,673)	0,000	1,803 (0,673)**	6,068
	$\chi^2(6) = 45,762^{***}$		$\chi^2(6) = 24,276^{***}$		$\chi^2(6) = 12,144$		$\chi^2(6) = 10,743$	
	R ² _N =0,092 ; N= 681		R ² _N =0,071; N = 681		R ² _N =1,000 ; N = 160		R ² _N =0,024 ; N= 681	

Nota: *** $p < 0,001$; ** $p < 0,01$; * $p < 0,05$

Fonte: cálculos próprios, base de dados do projeto Mulh(j)er e Poder

Nota: As variáveis dependentes têm as seguintes categorias de resposta:

- A percentagem de mulheres na AR é (H1a): 1=demasiado baixa; 0=suficiente + demasiado alta
- Os homens dão melhores líderes políticos do que as mulheres (H1a) : 1=em desacordo + muito em desacordo; 0=de acordo + muito de acordo
- As quotas são necessárias?: 1=de acordo + muito de acordo; 0=em desacordo + muito em desacordo

Através da análise do Quadro 3.1 podemos confirmar o que observámos na análise descritiva: mais as mulheres do que os homens desejam ter mais mulheres como deputadas no Parlamento. Desta forma, observamos que a probabilidade das mulheres considerarem que “a percentagem de

mulheres na Assembleia da República é demasiado baixa” é 2,755 (odds ratio) vezes maior do que o dos homens.

Também em relação ao uso de estereótipos de género existem diferenças significativas entre mulheres e homens na concordância relativamente à frase “Os homens dão melhores líderes políticos do que as mulheres”. A probabilidade de uma mulher discordar com a frase é 3,250 maior comparativamente aos homens.

Desta forma, a hipótese H1a é validada: mais as mulheres do que os homens querem ver mais mulheres na política e acham que tanto mulheres como homens podem ser bons líderes, o que está associado a estereótipos de género.

Por sua vez, podemos verificar que o sexo não tem influência sobre o voto numa mulher: o facto de ser mulher ou homem não interfere no voto numa candidata. Desta maneira, a hipótese H1b não é verificada uma vez que as mulheres não votam mais do que os homens numa mulher. Quanto às quotas de género, tal como relativamente ao voto, não existem diferenças significativas entre mulheres e homens quanto ao grau de concordância com a frase “As quotas são necessárias para aumentar a presença de mulheres na política”. Assim, a hipótese H1c não é verificada: os cidadãos do sexo feminino não têm uma opinião mais favorável face às quotas de género do que os respondentes do sexo masculino, o que contraria os resultados da análise descritiva, que mostrava que as mulheres tinham uma visão mais feminista neste aspeto, comparativamente aos homens.

A idade consiste na segunda variável independente de interesse neste trabalho. A análise de regressão mostra-nos que por cada aumento de um ano de idade, aumenta em 1,018 a probabilidade de responder "demasiado baixa" à questão “A percentagem de mulheres na AR é demasiado baixa, suficiente ou demasiado alta?”. Este resultado tem de ser analisado com cautela tendo em conta os resultados da análise descritiva (que demonstram que a relação não é linear). Este resultado tem de ser analisado com cautela tendo em conta os resultados da análise descritiva (em cima) que demonstram que a relação não é linear. Relativamente aos estereótipos de género, ao voto numa candidata e à opinião face às quotas de género não foram registadas diferenças significativas entre as várias idades. Não se verificou que os mais novos tenham uma probabilidade maior de votar numa mulher, comparativamente aos mais velhos, nem que vejam

as quotas de género de uma forma mais favorável do que os mais velhos. Os resultados mostram que tanto os mais novos como os mais velhos recorrem da mesma forma aos estereótipos de género quando avaliam as capacidades de liderança de uma mulher. Esta conclusão vai de acordo com a análise descritiva e não permite confirmar nenhuma das hipóteses relativas à idade (H2a, H2b e H2c).

Por fim, também a ideologia não influencia a opinião dos cidadãos, tendo em conta as variáveis dependentes analisadas. Isto significa que as opiniões face à percentagem de mulheres no Parlamento, à frase “Os homens dão melhores líderes políticos do que as mulheres”, ao voto numa mulher e às quotas não tem probabilidade de variar em função da posição ideológica dos entrevistados. Quem se posiciona mais à esquerda não deseja ver mais mulheres na política, recorre de igual forma a estereótipos de género para avaliar a capacidade de liderança das mulheres, não tem uma maior probabilidade de votar numa mulher nem apresenta uma visão mais favorável face às quotas de género, comparativamente a quem se posiciona mais à direita. Consequentemente, tal como previsto na análise descritiva, as hipóteses H3a, H3b e H3c não foram validadas.

Quanto às variáveis de controlo (escolaridade, trabalho remunerado da mãe de pelo menos um ano até aos 14 anos do entrevistado e religião), estas variáveis não influenciam a opinião da população quanto às variáveis dependentes analisadas. Isto leva a crer que a escolaridade do entrevistado, o facto de a sua mãe ter trabalhado, no mínimo, durante um ano até aos 14 anos de idade do respondente e a sua religiosidade não tiveram influência nas respostas.

CONCLUSÕES

O objetivo desta dissertação era perceber qual a opinião da população portuguesa em relação à presença de mulheres na política. Através de análise de dados resultante da aplicação de um questionário pelo projeto Mulh(j)er e Poder verificou-se que a população portuguesa, em geral, vê a presença de mulheres na arena política favoravelmente. Sistematizando os resultados conseguidos, podemos observar que apenas a variável sexo marca a diferença quanto às atitudes face à igualdade de género, acabando por ter consequências em duas atitudes consideradas: em relação à opinião quanto à percentagem de deputadas e ao recurso a estereótipos de género.

É possível concluir que as mulheres têm uma visão mais feminista nesses dois aspetos mas partilham da mesma opinião que os homens, em relação ao voto numa candidata e às quotas de género. Nestas situações é igualmente provável que mulheres como homens votem numa mulher e que tenham uma opinião semelhante relativamente à aplicação das quotas, ou seja, não existem diferenças entre o género dos entrevistados nestas questões. O facto de a questão relativamente ao voto ter respostas tão homogéneas pode levar à reflexão sobre a forma como a pergunta foi feita: mais de 98,4% (dados não mostrado) respondeu afirmativamente, o que leva a crer que alguma coisa não foi muito bem conseguida ou, pelo contrário, que existe mesmo um grande consenso a nível nacional em relação ao voto em alguém do sexo feminino.

A idade apresenta apenas significância quando se perguntou a opinião face à percentagem de mulheres no Parlamento. Neste caso, e contra as expectativas, há uma certa tendência para os mais velhos terem uma maior probabilidade em considerar que deveria haver mais deputadas. Nas restantes questões a idade não se mostrou significativamente importante, ou seja, a idade não influenciou a opinião dos cidadãos sobre o voto numa mulher, o recurso a estereótipos de género e sobre as quotas.

Por fim, a ideologia não apresentou nenhum peso significativo nas matérias analisadas. Em qualquer assunto, cidadãos de esquerda e de direita não se diferenciaram quanto às atitudes em relação à percentagem de mulheres deputadas, à avaliação das capacidades de liderança das mulheres, em relação às quotas de género nem ao voto numa candidata. Os resultados corroboram outros estudos, nomeadamente de Espírito-Santo (2016) onde a autora refere que o

facto de as pessoas simpatizarem com um ou outro partido não significa muito relativamente às opiniões quanto às questões de género

Seria bastante interessante para um futuro estudo relacionado com esta matéria incidir na comparação da opinião da população no geral com a opinião dos deputados, por exemplo, de forma a perceber se a perceção é semelhante entre quem trabalha diretamente na política e os cidadãos em geral; dentro do mesmo sentido, seria também bastante curioso perceber se as pessoas consideram que as mulheres fazem política de forma diferente dos homens, nomeadamente se são menos corruptas, se trazem novos temas para discussão e se os interesses da população, no geral, ficam melhor representados se houver uma maior presença de mulheres no Parlamento. Futuras pesquisas poderiam também investigar a interseção entre o sexo e a idade de forma a perceber se as tendências de mantêm entre as mulheres jovens. Estas investigações seriam ainda mais importantes se, através delas, se conseguisse perceber quais as razões para os homens terem uma visão menos feminista nas várias matérias abordadas mas, por outro lado, votarem numa mulher de igual forma comparativamente às mulheres. Por que razões isto acontece? Uma resposta possível é o facto de, no geral, os homens não terem qualquer problema em votar numa mulher, mas quando se especificam as atitudes, ainda consideram que o sexo masculino está melhor preparado politicamente do que o sexo feminino. Outro possível motivo é as mulheres terem uma maior consciência da discriminação de género do que os homens, por sentirem de uma forma mais pessoal essa mesma discriminação e terem uma maior vontade em mudar o *status quo* pois, tal como Santos e Amâncio (2010) mostram são os homens quem mais contribuem para a opinião de que a desigualdade de género será ultrapassada com o passar do tempo e não é necessário forçar uma evolução que consideram ser natural.

BIBLIOGRAFIA

- Alexander D e Andersen K (1993) Gender as a factor in the attribution of leadership traits. *Political Research Quarterly* 46: 527-545.
- Allen P e Cutts D (2016) Exploring sex differences in attitudes towards the descriptive and substantive representation of women. *The British Journal of Politics and International Relations* 18(4): 912-929.
- Araújo C e Scalon C (2006) Gênero e a distância entre a intenção e o gesto. *Revista Brasileira de Ciências Sociais* 62(21): 45-68
- Arceneaux K (2001) The “Gender Gap” in State Legislative Representation: New Data to Tackle an Old Question. *Political Research Quarterly* 54(1): 143-160
- Bacchi C (2006) “Arguing for and against quotas: Theoretical issues” em Dahlerup D *Women, Quotas and Politics*. Oxon: Routledge.
- Baltrunaite A, Bello P, Casarico A e Profeta P (2014) Gender quotas and the quality of politicians. *Journal of Public Economics* 118: 52-74.
- Barnes TD e Córdova A (2016) Making Space for Women: Explaining Citizen Support for Legislative Gender Quotas in Latin America. *Journal of Politics* 78(3): 670-686.
- Baum M e Espirito-Santo A (2012) Portugal’s Quota-Parity Law: An Analysis of its Adoption. *West European Politics* 35(2): 319-342.
- Bergh J (2009) Public Opinion and Representation of Women in National Legislatures: An Analysis of Cause and Effect. *The Journal of Legislative Studies* 15(1): 53-70.
- Bjarnegård E e Zetterberg P (2014) Why are Representational Guarantees Adopted for Women and Minorities? Comparing Constituency Formation and Electoral Quota Design within Countries. *Representation* 50(3): 307-320.
- Brians CL (2005) Women for women: Gender and party bias in voting for female candidates. *American Politics Research* 33: 357–375.
- Bush SS (2011) International Politics and the Spread of Quotas for Women in Legislatures. *International Organizations* 65: 103-37.
- Campbell R (2004) Gender, Ideology and Issue Preference: Is There Such a Thing as Political Women’s Interest in Britain?. *British Journal of Politics and International Relations* 6: 20-46.
- Campbell R (2006) *Gender and the Vote in Britain*. Colchester: Essex: ECPR Press.

- Campbell R, Childs S e Lovenduski J (2009) Do Women Need Women Representatives?. *British Journal of Political Science* 40: 171-194.
- Cassese EC e Holman MR (2016) Religious Beliefs, Gender Consciousness, and Women's Political Participation. *Springer Science+Business Media* 75: 514-527.
- Caul M (1999) Women's representation in parliament: The role of political parties. *Party Politics* 5: 79–98.
- Dahlerup D e Gaber MA (2017) Gender Quotas in Politics in Central East Europe: The Legitimacy and Effectiveness of Gender Quotas in Politics in CE Europe. *TEORIJA IN PRAKSA* 54 (2)
- Dolan K (1998) Voting for women in the 'Year of the Woman'. *American Journal of Political Science* 42: 272–293.
- Dolan K (2010) The impact of gender stereotyped evaluations on support for women candidates. *Political Behavior* 32: 69–88.
- Dolan K e Sanbonmatsu K (2009) Gender stereotypes and attitudes toward gender balance in government. *American Politics Research* 37: 409–428.
- Espírito-Santo A (2016) Citizens' attitudes towards descriptive representation: The case of women in Portugal. *European Journal of Women's Studies* 23(1): 43-59.
- Ferree M (1973) A Woman for President? Changing Responses: 1958-1972. *Public Opinion Quarterly* 38: 390-9.
- Ferreira V (2011) "Engendering Portugal: Social change, state politics and women's social mobilization". In: Costa Pinto A (ed.) *Contemporary Portugal – Politics, Society and Culture*, 2nd. New York: Columbia University Press, pp. 153–192.
- Fox RL e Oxley ZM (2003) Gender stereotyping in state executive elections: Candidate selection and success. *The Journal of Politics* 65: 833–850.
- Franceschet S Krook ML e Piscopo JM (2012) *The Impact of Gender Quotas*. Oxford: Oxford University Press.
- Fulton SA (2012) Running backwards and in high heels: The gendered quality gap and incumbent electoral success. *Political Research Quarterly* 65: 303–314.
- Hansen B Susan (1997) Talking About Politics: Gender and Contextual Effects on Political Proselytizing. *The Journal of Politics* 59(1): 73-103.

- Huddy L e Terkildsen N (1993) Gender stereotypes and the perception of male and female candidates. *American Journal of Political Science* 37: 119–147.
- Inglehart R (1977) *The Silence Revolution: Changing Values and Political Styles Among Western Public*. Princeton: Princeton University Press.
- Inglehart R e Norris P (2003) *Rising Tide: Gender Equality and Cultural Change around the World*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Jiménez AMR (2009) Women and decision-making participation within rightist parties in Portugal and Spain. *Análise Social* 44(191): 235-263.
- Jones MP (2009) Gender Quotas, Electoral Laws, and the Election of Women: Evidence From Latin American Vanguard. *Comparative Political Studies* 42(1): 56-81.
- Kenworthy L e Malami M (1999) Gender Inequality in Political Representation: A Worldwide Comparative Analysis. *Social Forces* 78(1): 235-269.
- Kerevel YP e Atkeson LR (2015) Reducing Stereotypes of Female Political Leaders in Mexico. *Political Research Quarterly* 68: 1-13.
- King DC e Matland RE (2003) Sex and the grand old party: An experimental investigation of the effect of candidate sex on support for a Republican candidate. *American Politics Research* 31: 595–612.
- Koch J (1999) Candidate Gender and Assessments of Senate Candidates. *Social Science Quarterly* 80: 84-96.
- Krook ML, Lovenduski J e Squires J (2009) Gender Quotas and Models of Political Citizenship. *British Journal of Political Science* 39(4): 781-803.
- Kunovich SL e Paxton P (2003) Women’s Political Representation: The Importance of Ideology. *Social Forces* 82(1): 87-114.
- Kunovich SL e Paxton P (2005) Pathways to Power: The Role of Political Parties in Women’s National Political Representation. *American Journal of Sociology* 111(2): 505-552.
- Lawless JL (2004) Women, War, and Winning Elections: Gender Stereotyping in the Post-September 11th Era. *Political Research Quarterly* 57: 479-490.
- Lovenduski J (2012) Feminising British Politics. *The Political Quarterly* 83(4): 1-6
- Lorenzini J e Bassoli M (2016) Gender Ideology: The last barrier to women’s participation in political consumerism? *International Journal of Comparative Sociology* 56(6): 460-483.

- Martins MM e Teixeira CP (2005) *O Funcionamento dos Partidos e a Participação das Mulheres na Vida Política e Partidária em Portugal*. Lisboa: Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres.
- McAllister I e Studlar DT (2002) Electoral Systems and Women's Representation: A Long-Term Perspective. *Representation* 39 (1): 3-14.
- McDermott ML (1998) Race and Gender Cues in Low-Information Elections. *Political Research Quarterly* 51 (4): 895-918.
- Meier, P (2008) A gender gap not closed by quotas: the renegotiation of the public sphere. *International Feminist Journal of Politics* 10: 329-347.
- Morgan J e Buice M (2013) Latin American Attitudes toward Women in Politics: The Influence of Elite Cues, Femal Advancement, and Individual Characteristics. *American Political Science Review* 107 (4): 644-662.
- Norris P e Inglehart R (2001) Women and Democracy: Cultural Obstacles to Equal Representation. *Journal of Democracy* 12(3): 126-140.
- Paxton P, Hughes MM e Painter MA (2010) Growth in women's political representation: A longitudinal exploration of democracy, electoral system and gender quotas. *European Journal of Political Research* 49: 25-52.
- Sanbonmatsu K (2002) Gender stereotypes and vote choice. *American Journal of Political Science* 46: 20-34.
- Santos MH (2004) *Género e política uma análise psicossociológica das reacções às acções positivas*, Dissertação de Mestrado em Psicologia Social e Organizacional, Lisboa, Departamento de Psicologia Social e das Organizações, ISCTE
- Santos MH e Amâncio L (2010a) A (in)justiça relativa da acção positiva: A influência do género na controvérsia sobre as quotas baseadas no sexo. *Análise Psicológica* 28(1): 43-57.
- Santos MH e Amâncio L (2010b) A competência política, desigualdade de género e as medidas de acção positiva: uma questão "natural" ou de "competência"?. *Psicologia XXIV* (1): 117-140.
- Santos MH e Amâncio L (2012) Género e Política: Análise sobre as resistências nos discursos e nas práticas sociais face à Lei da Paridade. *Sociologia, Problemas e Práticas* 68: 79-101.
- Schwindt-Bayer LA (2005) The incumbency disadvantage and women's election to legislative office. *Electoral Studies* 24: 227-244.
- Schwindt-Bayer LA e Mishler W (2005) An integrated model of women's representation. *The Journal of Politics* 67: 407-428.

Stout C e Kline R (2011) I'm Not Voting for Her: Polling Discrepancies and Female Candidates. *Political Behavior* 33: 479-503.

Studlar DT e McAllister I (2002) Does a critical mass exist? A comparative analysis of women's legislative representation since 1950. *European Journal of Political Research* 41: 233-253.

Tripp AM e Kang A (2008) The global impact of quotas: On the fast track to increased female representation. *Comparative Political Studies* 41: 338-361.

Viegas, JML e Faria S (2001) *As Mulheres na Política*. Oeiras: Celta Editora.

Wolbrecht C e Campbell DE (2007) Leading by Example: Female Members of Parliament as Political Role Models. *American Journal of Political Science* 51: 921-939.

ANEXOS

ANEXO A – Ficha técnica do questionário

Questionário realizado pela empresa Netquest

DISEÑO MUESTRAL GENERAL DE LA ENCUESTA

Ámbito

Nacional

Universo

Individuos entre 18 y 65 años residentes en Portugal

Tamaño

1.000 entrevistas

Trabajo de campo

Realizado mediante el panel online de Netquest. El panelista recibe una invitación mediante su correo electrónico y responde la encuesta de forma autogestionada, sin un entrevistador que le guíe. Aseguramos la calidad en las respuestas con dos mecanismos:

- Una pregunta “trampa” que permite comprobar que el encuestado esté prestando atención
- Finalizan como “complete ISO” (no válidos) aquellos participantes que responden la encuesta en un tiempo demasiado breve en relación con la duración de la encuesta.
- Finalizan como “filter out ISO” (no válidos) aquellos participantes que dan una información de sexo o edad distinta a la que tenemos en su registro

ESTRUCTURA DE LA MUESTRA

Se han realizado los siguientes cinco envíos de muestra:

	Fecha de envío	Invitados	Participantes	% part
M1	19-10-2015 18:44 GMT+1	250	133	53%
M2	20-10-2015 11:25 GMT+1	110	53	48%
M3	21-10-2015 10:50 GMT+1	80	38	48%
M4	22-10-2015 11:45 GMT+1	80	36	45%
M5	23-10-2015 09:45 GMT+1	1000	569	57%
M6	24-10-2015 11:30 GMT+1	510	287	56%
M7	26-10-2015 17:43 GMT+1	400	207	52%
M8	28-10-2015 10:40 GMT+1	80	26	33%
M9	29-10-2015 10:25 GMT+1	60	34	57%
M19	30-10-2015 09:40 GMT+1	40	19	48%
	TOTAL	2.610	1.402	54%

DISTRIBUCIÓN DE LAS PARTICIPACIONES

El detalle de las 1.402 participaciones expuestas en el cuadro anterior de envíos de muestra es el siguiente:

Completas	1.006
Filtrados	46
Por ISO (1)	46
Cuota full (2)	241
Respuestas eliminadas (3)	0
Abandonos	182

(1) *Casos filtrados por ISO*

De acuerdo con la normativa ISO Netquest realiza un control de la información de sexo y edad de cada panelista, de tal modo que se descartan aquellos casos en los que el dato facilitado en la encuesta no sea consistente con el dato disponible en base de datos.

(2) *Cuota Full*

Corresponden a las entrevistas descartadas por haberse obtenido ya la cantidad de respuestas afijadas por cuota para ese perfil.

(3) *Respuestas eliminadas*

Transcurrida ya una fase importante del trabajo de campo se detectó un error por el que 148 de las respuestas obtenidas no habían guardado correctamente todos los datos, de modo que se suprimieron estas respuestas y se repusieron por respuestas correctas.

Las 1.006 respuestas válidas finalmente obtenidas se han ajustado a las siguientes cuotas:

	Achieved	
Hombre	493	49%
Mujer	513	51%
	1.006	

	Achieved	
18-24	120	12%
25-34	233	23%
35-44	242	24%
45-54	222	22%
55-65	189	19%
	1.006	

	Achieved	
Nenhum / Primário Incompleto / 4 anos completos (primária completa – 4ª classe)	21	2%
6 anos completos (preparatório, 2º ciclo do básico)	51	5%
9 anos completos (antigo 5º ano, actual 3º ciclo do básico)	138	14%
12 anos completos (secundário)	344	34%
Politécnico Completo (Curso médio completo)	53	5%
Universitário (Licenciatura)	399	40%
	1.006	